

**Notas para uma perspectiva institucionalista
da economia e da governação urbana**

**Nuno Serra
2010**

*O Cabo dos Trabalhos: Revista Electrónica dos Programas de Mestrado
e Doutoramento do CES/ FEUC/ FLUC. N.º 4, 2010*
<http://cabodostrabalhos/ces.uc.pt/n4/ensaios.php>

RESUMO

O presente texto inscreve-se no processo de delimitação do tema de dissertação, que tem como título provisório "*A Economia e a Política na Cidade: Processos de Governação e Desenvolvimento Urbano*". Procurando identificar as principais questões em que se constituiu a análise das realidades urbanas contemporâneas, a partir de diferentes perspectivas disciplinares e transdisciplinares, questiona-se o modo como as teorias da Economia Urbana convencional têm encarado as cidades, assinalando as suas limitações e sugerindo que uma perspectiva fundada nas teorias institucionalistas permite considerar aspectos fundamentais para compreender os processos económicos urbanos. Nesse sentido, procura-se avaliar a hipótese de considerar a governação urbana - entendida no quadro das análises institucionalistas em Economia - como um recurso económico e social das cidades.

Palavras-chave: economia urbana; governação urbana; teorias institucionalistas

1. Introdução

As cidades têm suscitado, nos últimos anos, um interesse crescente nas ciências sociais. Sendo objectos de estudo consolidados em domínios como a Geografia ou a Sociologia, ou em áreas mais específicas, relacionadas com a Arquitectura e o Urbanismo, a sua relevância tem vindo, contudo, a reconquistar terreno e uma maior expressão noutros campos das ciências sociais, com particular destaque para a Economia. É certo que as cidades não são, igualmente neste domínio do saber, um tema novo¹, a ele se dedicando, em particular, a análise económica espacial e, ainda que de um modo relativamente latente, as correntes institucionalistas em Economia.

Mas este "regresso" das cidades às agendas de investigação das ciências sociais não se traduz, contudo, num simples reencontro com cada área disciplinar, antes reflectindo o entrecruzar de diferentes perspectivas. O que demonstra, por um lado, que as questões urbanas são hoje encaradas como matérias marcadamente interdisciplinares e revela, por outro, que é cada vez mais evidente a sua natureza complexa, multidimensional (e até intangível) enquanto objecto de estudo.²

¹ A Teoria dos Lugares Centrais, de Walter Christaller, remonta a 1933 (mais concretamente à obra "*Os Lugares Centrais da Alemanha Meridional*"), constituindo uma referência incontornável para as análises que procuram incorporar a questão da distância nos processos económicos e na explicação das formas de povoamento.

² Masahita Fujita (1989: 1) sintetiza bem esta ideia de intangibilidade, ao referir que as cidades "são,

Para além da importância das dinâmicas de crescente urbanização da população mundial³ e das questões que se lhe associam, a revalorização das cidades tem vindo a ser interpretada como tributária, por um lado, da emergência de processos de integração económica transnacional e, por outro, das transformações resultantes de uma suposta perda de capacidade e relevância do Estado-nação (concomitante com o reforço dos poderes públicos às escalas local e regional). A estes factores devem ainda somar-se os desafios colocados pela crise urbana iniciada nos anos setenta e que reflecte, entre outras dimensões, os processos de desindustrialização das cidades e a sua crescente terciarização, bem como as lógicas de expansão das periferias e esvaziamento dos centros, ou os impactos que o declínio do modelo de produção fordista assumiu no campo do planeamento e das políticas urbanas.

Em conjunto, estes factores conduziram não só à revalorização das cidades enquanto objecto de estudo, mas também - e sobretudo - à emergência de novos conceitos, interpretações e perspectivas sobre o seu lugar e o seu papel nas múltiplas dinâmicas económicas e sociais do mundo contemporâneo.

2. A economia das cidades

As perspectivas que valorizam os processos de integração económica global tendem a sugerir que as restrições associadas à distância perderam relevância na actual constituição dos espaços económicos transnacionais, assinalando igualmente uma redução substancial da capacidade dos Estados e dos governos nacionais para comandar a estruturação desses espaços. Contudo, estas mesmas perspectivas conferem às cidades um importante papel nos processos de internacionalização das economias. Este aparente paradoxo é apresentado por Saskia Sassen (2006) nos termos de uma tensão entre dispersão e concentração, que as cidades "resolveriam" ao constituir-se como nós estratégicos das economias globais.

Assim, o crescimento nas últimas décadas das redes internacionais de investimento e

entre as mais complexas criações humanas, e sob vários pontos de vista, as menos compreendidas". Em sentido idêntico, João Ferrão (2003: 219), sublinha a "correlação irónica e teimosamente negativa entre o reforço da importância que atribuímos às cidades e a nossa capacidade colectiva de as captar, entender, transformar". Sobre a multidimensionalidade do fenómeno urbano, Carlos Fortuna (2001: 4) refere-se ao facto de a cidade se reconhecer simultaneamente "como real e representacional, como texto e como contexto, como ética e como estética", ao ponto de se tornar numa "alegoria da sociedade (...), o que se diz sobre uma parece poder dizer-se cada vez mais sobre a outra".

³ A Organização das Nações Unidas (ONU, 2008) aponta para que, em 2005, cerca de metade da população mundial se encontrasse a viver em cidades (cifra que se situava em cerca de 40% em 1980 e 30% em 1950), sugerindo as projecções que, em 2050, aproximadamente 70% da população mundial habitará em espaços urbanos. É no mundo ocidental que o processo de urbanização das sociedades tem sido particularmente expressivo (na América do Norte, por exemplo, mais de 80% da população encontrava-se, em 2005, a residir em áreas urbanas).

comércio, e as profundas transformações registadas na flexibilidade das economias, em resultado da revolução operada nas tecnologias de informação e comunicação (Borja e Castells, 1997), explicariam, por seu turno, a razão pela qual “as cidades têm sido crescentemente desconectadas da geografia política local (isto é, regional ou nacional)”, passando a assumir as funções de “nós centrais ou pontos de comando que exercem o seu poder sobre outras cidades (...) e, portanto, na economia mundial” (Alderson e Beckfield, 2004: 811-812).

Sobretudo as grandes metrópoles passam deste modo, a partir dos anos noventa, a ser encaradas como os “novos dínamos da globalização da economia, ressurgindo como centros de poder financeiro, conhecimento tecnológico e de consumo e lazer, criando empregos qualificados, mantendo ritmos de crescimento económico muito elevados e atraindo novos investimentos quer no centro quer nos subúrbios” (Vale, 2007: 466). Sendo certo que este reposicionamento das cidades à escala global, enquanto centros nevrálgicos de uma economia sem fronteiras nem territórios, se reporta de modo particular às “*global cities*” de Saskia Sassen (2001), não deixa, porém, de estar em jogo a perspectiva de constituição progressiva de um sistema urbano global, que para Hymer reproduzia a estrutura da empresa multinacional e que Friedman considera resultar do papel atribuído aos espaços urbanos na nova divisão espacial do trabalho (Alderson e Beckfield, 2004: 816). As cidades começam, pois, a ser entendidas como fazendo parte de um sistema hierárquico que estabelece um novo quadro de relações entre as dinâmicas económicas e os territórios.

É igualmente neste sentido que as cidades são encaradas como ocupando um lugar de relevo na competitividade das economias. Enquanto pólos que servem de suporte e estrutura à recomposição dos espaços económicos, os espaços urbanos confrontam-se - nos termos das teorias da globalização - com o desafio crescente de se converterem em agentes empreendedores, transcendendo desse modo as suas funções tradicionais de provisão de bens e serviços e de gestão das questões circunscritas à escala local e regional em que se inserem (Harvey, 1989). Esta mudança sublinha, portanto, não só a necessidade de reforço do papel das cidades na economia, mas também uma ampliação das escalas de competitividade em que as mesmas se inscrevem, concorrendo entre si e assumindo-se como parte activa da competitividade dos países a que pertencem (OCDE, 2007).

Uma outra mudança a assinalar no modo como se perspectiva o lugar das cidades nas sociedades actuais, e que decorre igualmente das correntes que enfatizam as questões da competitividade e dos impactos da internacionalização económica nos

espaços urbanos, aponta para uma visão organicista das cidades, segundo a qual estas se convertem em sujeitos, em actores.

É nesses termos, aliás, que se pode interpretar o conceito de “cidades criativas”, porventura um dos mais eloquentes exemplos desta perspectiva “personalista” das cidades. Um dos pressupostos subjacentes a estas teorias assenta na constatação de que, perante o “declínio das constricções físicas a que as cidades e as comunidades estiveram sujeitas nas últimas décadas, a criatividade se tenha tornado na principal força motriz de crescimento e desenvolvimento” (Florida, 2005: 1). Assim, ao analisar de que forma os avanços tecnológicos contribuem para o crescimento de países, cidades e regiões, Richard Florida sugere que se encontra no capital humano, mais concretamente nas classes criativas,⁴ o potencial desse crescimento. Nesses termos, o autor estabelece os princípios que, em seu entender, sustentam a capacidade de desenvolvimento e o potencial competitivo das cidades na nova economia (a trilogia Tecnologia, Talento e Tolerância). Estes princípios ilustram não só a relevância de factores fundamentais associados à economia do conhecimento (tecnologia, saber e criatividade), mas também a importância que os ambientes urbanos assumem para a competitividade das cidades, ao influenciarem a sua capacidade de atrair recursos humanos altamente especializados.

Independentemente das perspectivas que adoptam como matriz de leitura a internacionalização das economias, o que está em causa é sobretudo a natureza dos espaços urbanos enquanto lugares, por excelência, de economias de escala (decorrentes da concentração de recursos e factores de produção), mas também o seu significado enquanto lugares “de máxima intensidade relacional (...), de criação do novo, de cosmopolitismo e de refracção dos estímulos externos” (Reis, 2007a: 138). Ou seja, o que está em questão é, antes de mais, o modo como os espaços urbanos se confrontam com os actuais modelos de desenvolvimento económico, que assentam, em larga medida, no conhecimento, nas interacções e na inovação, independentemente do alcance e do “peso” que a ampliação de escala dos processos económicos possa actualmente ter.

Aliás, as perspectivas que realçam os processos de internacionalização económica, constituindo a partir deles a análise da relação actual das cidades com a economia, suscitam importantes questões, sobre as quais importa reflectir. Entre elas, o

⁴ Florida inclui, nas “classes criativas”, a população empregada nos sectores ligados “à ciência e engenharia, artes, música, cultura, estética e design, ou em profissões baseadas no conhecimento, como os cuidados de saúde, finanças e direito” (2005: 3), estimando que cerca de 1/3 dos trabalhadores de países industriais avançados se encontrem afectos a este “sector criativo”.

problema de saber em que medida diminuiu de facto, nas últimas décadas, a dependência das cidades (e, portanto, dos espaços locais e regionais) face ao Estado central (Vale, 2007: 471), em termos não só económicos, mas igualmente relacionais e simbólicos. Por outro lado, a questão de saber em que medida a economia das cidades se encontra hoje tão significativamente cerceada e inseminada pelos processos de globalização e reflecte, iniludivelmente, as suas dinâmicas. Em terceiro lugar, a necessidade de avaliar até que ponto as questões da competitividade dos espaços urbanos devem assumir como referencial as escalas transnacionais, bem como a ênfase na capacidade de atracção de recursos humanos - num espaço igualmente amplo - com base na perspectiva do papel propulsor (e quase decisivo) que os sectores e as classes criativas parecem comportar. Por último, saber qual a importância que deve ser concedida às relações entre as cidades e os seus territórios, às dinâmicas endógenas (Reis, 2007a: 139) e ao significado da singularidade de cada contexto territorial, não subsumível na concepção que, de forma ora explícita, ora subliminar, as teorias globalistas comportam. Isto é, a concepção segundo a qual as cidades correspondem a espaços relativamente indiferenciados na sua textura e densidade, quase desprovidos de identidade, neutros, e por isso facilmente apropriáveis, mobilizáveis e convertíveis segundo determinados parâmetros e campos de transformação, sobre os quais se pode actuar, em teoria, sem restrições.

3. As cidades da Economia

As questões anteriores, que a evolução recente dos espaços urbanos suscita, interpelam igualmente - num outro plano - o modo como a Economia tem procurado compreender o significado económico das cidades e as dinâmicas que se lhe associam. Sendo certo que uma boa parte das teorias actuais sobre os espaços urbanos se inscreve no campo da análise económica, importa contudo precisar o âmbito do conhecimento consolidado neste domínio. Esta tarefa tem um objectivo essencial: o de saber se, perante as novas questões que actualmente se colocam na esfera das relações entre as cidades e o território e das relações entre as cidades e os processos económicos, o quadro conceptual dominante é hoje não só suficiente, mas também adequado, para interpretar essa esfera de relações.

Enquanto domínio de investigação, a Economia Urbana consolida-se no final dos anos cinquenta e procura, fundamentalmente, interpretar o papel das forças económicas, nomeadamente das forças de mercado, na génese e estruturação dos espaços urbanos. Nesse sentido, a questão dos fundamentos de natureza económica

associados ao surgimento e desenvolvimento das cidades, bem como a análise dos factores de localização de funções e actividades nos espaços urbanos, perspectivada através da relação entre o custo e a distância, constituem dois dos principais objectivos da Economia Urbana, sendo a partir deles que se estudam as questões relativas ao uso do solo, aos padrões de ocupação residencial ou às redes de transporte, temas centrais desta área da Economia.

Fundamentando a origem económica das cidades nas vantagens tecnológicas que as aglomerações urbanas permitem, Masahisa Fujita refere-se aos espaços urbanos como lugares economicamente vantajosos, em virtude da concentração de recursos e transportes, da existência de economias de escala, das externalidades e interacções sem custo entre os agentes e, por último, da diversidade associada às formas de produção e ao consumo. Segundo Fujita, “as cidades podem emergir em função de combinações apropriadas destes factores” (1989: 134), sublinhando particularmente a importância dos três primeiros (recursos, economias de escala e interacções). É justamente na questão da *concentração* que Paul Krugman situa a intercepção entre a Geografia e o estudo das actividades económicas, quando procura compreender a razão pela qual se tem constatado uma atitude tendencialmente negligente do pensamento económico dominante face às questões espaciais (1991: 4-5).

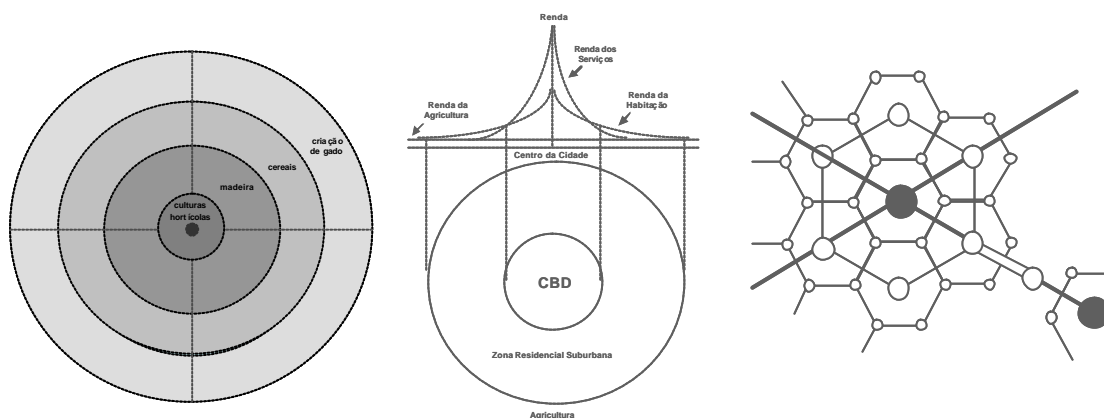
O princípio da localização, enquanto elemento central das dinâmicas económicas das cidades, é assinalado por O’Sullivan, que considera a Economia Urbana como um campo de intercepção entre a Geografia e a Economia, tendo como objecto de estudo a análise das “decisões de localização baseadas na maximização de utilidade dos agregados familiares e na maximização do lucro das empresas”, evidenciando o modo “como estas decisões explicam a formação de cidades com diferente dimensão e perfil” (2007: 1). Ou seja, as decisões dos indivíduos, das empresas e dos agregados familiares, relativamente aos usos do espaço urbano e às decisões de localização, fundamentar-se-iam numa racionalidade ancorada no princípio da eficiência económica (isto é, uma racionalidade baseada na relação entre custo e recursos disponíveis), que estabeleceria o padrão de organização das cidades. De forma idêntica, Masahisa Fujita considera que é a partir do somatório das decisões individuais, dos agentes, que se geram regularidades e a tendência para o equilíbrio na estrutura económica e espacial das cidades:

“A estrutura espacial padrão de uma cidade é assim o resultado de biliões de acções individuais tomadas no passado. Assim, podemos considerar que o resultado destas acções individuais não reguladas deveria significar o caos. Contudo, a história da ciência sugere, ao contrário, que quanto maior for o número de actores individuais num sistema, mais fortes são as regularidades que ele exhibe” (Fujita, 1989: 1).

O conceito de cidade subjacente às análises convencionais da Economia Urbana traduz, assim: *a prevalência de uma forma de racionalidade* (a eficiência económica enquanto resultado da relação entre custos e recursos disponíveis); *a centralidade das dimensões materiais*, físicas, dos processos económicos e, por último; *a ênfase do princípio da localização* (e, implicitamente, da distância como variável central), enquanto fundamentos explicativos do padrão de organização das cidades. São estes elementos que suportam a construção de modelos explicativos da economia urbana (de que são exemplos a Teoria dos Círculos Concêntricos de Von Thünen, a que remonta o Modelo Concêntrico de Alonso), ou de modelos que procuram explicar a forma como diferentes lugares se distribuem no espaço, em função da quantidade e diversidade de bens e serviços que tornam acessíveis à sua área de influência (Teoria dos Lugares Centrais de Walter Christaller).

Figura 1

Modelos de Von Thünen (Teoria dos Círculos Concêntricos), Alonso (Modelo Concêntrico) e Walter Christaller (Teoria dos Lugares Centrais)



Fonte: Adaptado de Claval (1987).

Nestas perspectivas sobre a economia das cidades torna-se evidente o esforço de simplificação da realidade, tendo em vista identificar e parametrizar as leis explicativas dos processos económicos urbanos. Uma das consequências desta opção metodológica assenta no facto de o espaço ser incorporado na "análise económica apenas como mais uma dimensão (variável) adicional" (Brandão Alves, 2001: 8), isto é, "como um mero factor produtivo ou objecto de consumo e de investimento" (*ibidem*, 19). Na verdade, muitos destes modelos - que traduzem a "obsessão" em estabelecer leis matemáticas sobre o funcionamento dos processos económicos a partir do comportamento racional dos agentes - são o resultado de uma depuração da complexidade e de uma redução do espaço e do território à condição de mero

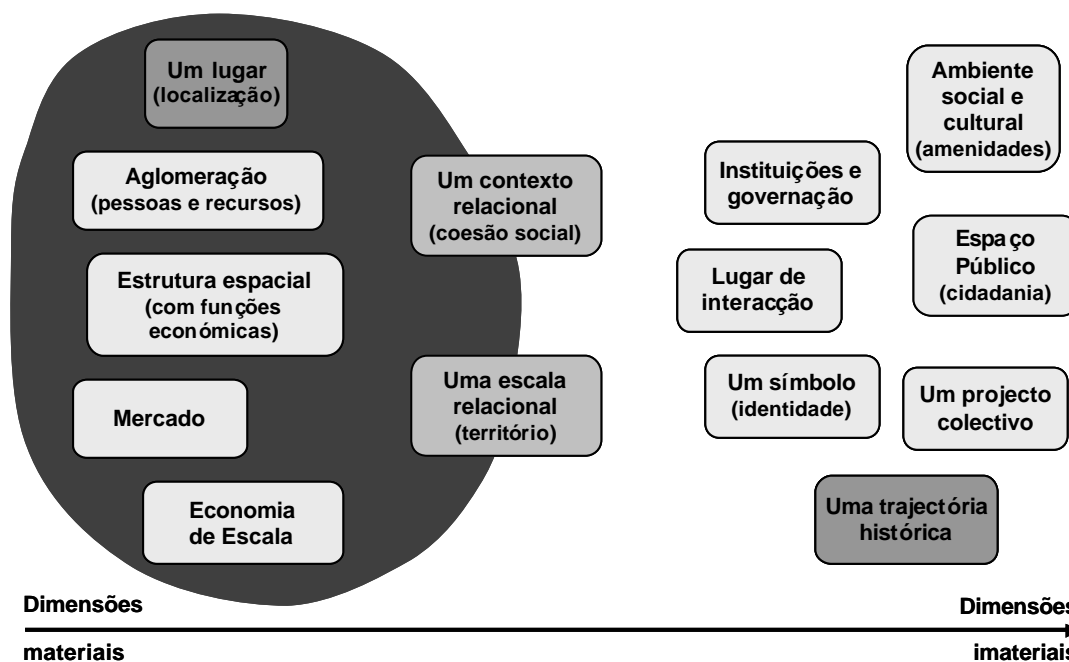
suporte das actividades económicas.⁵

Assim, ao fixar o funcionamento das economias urbanas a partir de princípios e leis pré-definidas, imanentes, fundadas numa única forma de racionalidade, estas perspectivas descuram importantes dimensões das cidades, de natureza social, relacional, simbólica, processual e institucional, às quais a própria dinâmica das economias (mesmo quando definida nos termos de um quadro de leitura da Economia Urbana convencional) não poderia ficar, em absoluto, imune. O que suscita, portanto, a necessidade de repensar o que significa a cidade para os economistas.

É nestes termos que José Reis (2009) procura identificar as múltiplas significações e dimensões da cidade contemporânea, tendo em vista sublinhar a sua complexidade e inter-relação, e nela identificar elementos e vertentes susceptíveis de constituir uma perspectiva mais ampla sobre os processos económicos urbanos.

Figura 2

As significações (dimensões) da cidade



Fonte: Inspirado em Reis (2009).

Neste sentido, um dos primeiros aspectos a assinalar relativamente a este conjunto de significações, que constituem e traduzem as dimensões integrantes dos espaços urbanos, consiste no facto de as podermos organizar diferenciando, por um lado, as

⁵ As teorias da Economia Urbana em que se fundamentam os modelos de organização dos espaços urbanos pressupõem, em regra, cidades monocêntricas, sistemas radiais de transporte (sem congestão e que consideram apenas, na questão da estrutura habitacional, as mobilidades casa-trabalho) e uma indiferenciação das amenidades espaciais, segundo a qual todas as parcelas de terreno são idênticas em termos de distribuição de recursos e características ambientais (Fujita, 1989: 11).

que evidenciam uma natureza fundamentalmente material e que são, justamente, as dimensões valorizadas pelas perspectivas da Economia Urbana convencional (a cidade enquanto aglomeração, mercado e estrutura espacial com uma função económica, etc.). Por outro, as dimensões que evidenciam uma natureza fundamentalmente imaterial (a identidade, os actores e os processos de governação, as amenidades urbanas, a cidade enquanto projecto colectivo, etc.). Em segundo lugar, esta proposta de repensar o que constitui uma cidade para a Economia estabelece o facto de cada espaço urbano ser um lugar concreto, uma localização e uma trajectória histórica específica. Por último, torna-se ainda possível sublinhar que a cidade é um contexto eminentemente relacional (espaço de relação social e espaço de relação com o exterior). A importância de todas estas dimensões para repensar e analisar a economia das cidades, a partir de uma perspectiva institucionalista, pode ser bem expressa quando se considera que:

“O modo como um país ou uma região se estrutura e posiciona num contexto mais amplo - o seu desempenho competitivo - não é apenas o resultado dos recursos ou da tecnologia de que dispõe ou da sua dimensão. Está também relacionada com os valores, as lógicas sociais e políticas, as culturas cívicas e organizacionais, as instituições que lhe dão especificidade, espessura e sentido colectivo” (Reis, 2007b: 8).

De facto, o sentido de cidade enquanto construção temporal, enquanto resultado de processos permanentes de sedimentação e incrustação do económico, do político e do social, e simultaneamente a condição das cidades enquanto lugares situados e relacionais, constituem dois dos mais relevantes elementos que moldam de forma dinâmica a sua identidade, elementos que uma perspectiva institucionalista permite integrar na análise económica dos espaços urbanos.

4. Para uma perspectiva institucionalista da economia e da governação urbana

As correntes institucionalistas em economia têm vindo a desenvolver alguns conceitos que se revelam essenciais para repensar a esfera das relações entre as cidades e os processos económicos e a esfera das relações entre as cidades e o território. É a partir desses conceitos que se procura, seguidamente, fixar algumas das principais referências que permitam constituir uma perspectiva institucionalista da economia urbana e, nesses termos, encarar a governação como um recurso económico e social das cidades.

Uma primeira referência aponta para a noção de *arranjos institucionais e de intencionalidade*, ao estabelecer a ideia de “cidades como projecto e capacidade relacional” (Reis, 2007a: 139). Trata-se, essencialmente, de considerar que os

espaços urbanos, enquanto lugares de interacção, configuram estratégias colectivas de desenvolvimento a partir de diferentes racionalidades e diferentes actores, num mosaico mutável (e até, em certa medida, imprevisível) de poder, participação e capacidade de negociação. Ao contrário do pressuposto assumido pelas perspectivas convencionais da Economia Urbana, que reduzem à racionalidade do mercado a força motriz central do desenvolvimento económico das cidades, o conceito de arranjos institucionais permite considerar os mecanismos de coordenação entre as lógicas do Estado e das políticas públicas, e as que se associam ao mercado e à comunidade, dando assim substância à noção de governação das economias “como exercício plural” (Reis, 2007b: 39), bem como à noção de cidade enquanto “ecossistema relacional, ora interno ora externo, que se tornou no factor-chave de performance” económica (Veltz, 2008: 87).

Uma segunda referência diz respeito ao lugar próprio e activo que as cidades ocupam nas dinâmicas da economia, enquanto “centros de criação e transmissão de ideias” (Vale, 2007: 469) e, portanto, enquanto lugares de inovação, não sendo por isso confináveis à condição de simples elos receptores das dinâmicas globais. Neste sentido, a teoria das economias de aglomeração, ao enfatizar as relações entre as cidades e o território, demonstra o papel dos espaços urbanos na *estruturação e contextualização de processos económicos*, capacitando-os enquanto escalas de articulação entre dinâmicas endógenas e exógenas (Reis, 2007a: 139).

Por último, salienta-se a referência à noção de *cumulatividade em economia*, que permite ilustrar a importância do conceito de *dependência de trajectória* no sentido de apreender o significado económico das cidades. Trata-se, nestes termos, de assumir que a economia se constitui:

“Evolutivamente, representa-se em lugares ou territórios, assenta em recursos materiais e imateriais e origina (e decorre de) um conjunto de interacções sistemáticas - mercantis, institucionais ou simbólicas - entre pessoas, segundo escalas e processos de governação e negociações diversos” (Reis, 2009: 2).

Para além de sublinhar o *papel dos actores, das diferentes racionalidades e dos mecanismos de coordenação*, enquanto elementos constituintes das dinâmicas económicas dos espaços urbanos, este conceito de cumulatividade é igualmente relevante ao evidenciar que as transformações das cidades, enquanto projectos colectivos permanentemente em curso, se confrontam, necessariamente, com um conjunto de oportunidades e restrições que decorrem do facto de as cidades serem “construções humanas” materializadas num tempo que é, em regra, um tempo longo.

No quadro de uma perspectiva institucionalista, o conceito de governação urbana não

pode, por conseguinte, restringir-se às questões do Estado e da administração, ou seja, ao universo dos organismos e instituições que constituem a esfera pública. Uma definição institucionalista da governação urbana assumirá este conceito tendo em conta pelo menos quatro funções que se lhe associam e que reflectem o modo como a própria governação constitui parte integrante de processos económicos e sociais, amplamente considerados e claramente intercomunicantes:

- a) A governação urbana constitui um *processo de enquadramento da economia das cidades*, na medida em que estabelece, em sentido amplo, as instituições (regras, referenciais normativos e valores) que balizam a acção dos diferentes actores, situando-a entre restrições e oportunidades;
- b) A governação urbana traduz um *processo de articulação entre diferentes níveis de decisão*, sublinhando-se neste sentido, de modo particular, a relevância da esfera pública, da arquitectura administrativa do Estado e do modo como se constrói, organiza e negocea a intencionalidade que subjaz às políticas públicas;
- c) Nesses termos, a governação urbana consubstancia igualmente um *processo de coordenação de actores e racionalidades distintas*, desenvolvido no contexto da interacção que se estabelece entre eles e que coloca em confronto as lógicas do Estado, do mercado e da comunidade;
- d) Por último, a governação urbana define-se enquanto *processo de mediação entre a cidade que existe e a cidade projecto colectivo*, o que implica equacionar o seu contexto e identidade, mas igualmente considerar o seu tempo, elementos que no seu conjunto traduzem e definem as trajectórias de dependência dos espaços urbanos, sobre as quais se desenham os possíveis caminhos de desenvolvimento económico, social e político.

É a partir da relação que estes processos estabelecem com as dinâmicas económicas urbanas que se procura analisar em que medida a governação pode ser considerada como recurso económico e social, em paralelo com factores que são normalmente assumidos pela Economia Urbana convencional. Aliás, a relevância da governação enquanto recurso económico e social parece encontrar fundamento, inclusivamente, em perspectivas que tendem a reduzir a economia das cidades à racionalidade do mercado, e a questão da competitividade dos espaços urbanos a elementos tangíveis ou, quando imateriais, directamente relacionados com os factores de produção. Se mesmo no contexto dessas análises a governação parece estar de algum modo subentendida (como no caso da teoria das cidades criativas), é essencialmente no campo das perspectivas institucionalistas que a referida hipótese poderá encontrar os

seus mais consistentes fundamentos.

Referências Bibliográficas

Alderson, Arthur S.; Beckfield, Jason (2004), "Power and Position in the World City System", *American Journal of Sociology*, 109 (4), 811-851.

Borja, Jordi; Castells, Manuel (1997), *Local y Global: La gestión de las Ciudades en la era de la Información*, Col. Pensamiento. Taurus: Madrid.

Brandão Alves, Manuel (2001), "Multidimensionalidade do espaço: Do espaço objecto ao espaço sujeito e à ordem no território", *Série Didáctica*, 1. Lisboa: Centro de Investigações Regionais e Urbanas.

Christaller, Walter (1966), *Central Places in Southern Germany*. Englewood Cliffs, NJ: Prentice Hall.

Claval, Paul (1987), *Geografia do Homem: Cultura, Economia, Sociedade*. Coimbra: Almedina.

Ferrão, João (2003), "Intervir na Cidade: Complexidade, Visão e Rumo", in Nuno Portas, Álvaro Domingues e João Cabral, *Políticas Urbanas - Tendências, estratégias e oportunidades*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 218-223.

Florida, Richard (2005), *Cities and the Creative Class*, Col. Urban Studies/Planning. New York: Routledge.

Fortuna, Carlos (2001), "Sociologia, Cultura Urbana e Globalização", in Carlos Fortuna (org.), *Cidade, Cultura e Globalização: Ensaios de Sociologia*, Col. Território e Ambiente. Oeiras: Celta, 1- 28.

Fujita, Masahisa (1989), *Urban Economic Theory: Land Use and City Size*. New York: Cambridge University Press.

Harvey, David (1989), "From Managerialism to Entrepreneurialism: The Transformation in Urban Governance in Late Capitalism", *Geografiska Annaler, Series B, Human Geography*, 71 (1), 3-17.

Krugman, Paul (1991), *Geography and Trade*. Cambridge and Massachusetts: The Massachusetts Institute of Technology (MIT) Press.

O'Sullivan, Arthur (2007), *Urban Economics*. New York: McGraw-Hill Irwin.

OCDE (2007), *Villes et compétitivité: Un nouveau paradigme entrepreneurial pour l'aménagement du territoire*, Col. Examens Territoriaux de l'OCDE. Paris: OCDE.

ONU (2008), *World Urbanization Prospects - The 2007 Revision*, Department of Economic and Social Affairs. New York: United Nations.

Reis, José (2007a), "Globalização e inovação: uma discussão sobre as densidades urbanas", in Isabel Salavisa, Isabel Rodrigues, Walter Rodrigues e Sandro Mendonça, *Inovação e Globalização - Estratégias para o desenvolvimento económico e territorial*. Porto: Campo das Letras, 135-143.

Reis, José (2007b), *Ensaios de Economia Impura*. Coimbra: Almedina.

Reis, José (2009), *Uma ciência indisciplinar: A cidade dos Economistas* (mimeo).

Sassen, Saskia (2001), *The Global City: New York, London, Tokyo*. New Jersey: Princeton University Press [Second Edition].

Sassen, Saskia (2006), *Cities in a World Economy*, Sociology for a New Century Series. New York: Columbia University [Third Edition].

Vale, Mário (2007), "Globalização e competitividade das cidades: uma crítica teórica na perspectiva da política urbana", in CEG, *Geophilia: o sentir e o sentido da Geografia* - Homenagem a Jorge Gaspar. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa, 465-474.

Veltz, Pierre (2008), *Des lieux et des liens: Essai sur les politiques du territoire à l'heure de la mondialisation*. La Tour d'Aigues. Éditions de l'Aube.

Nota biográfica

Nuno Serra é Mestre em Geografia pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra e frequenta o Programa de Doutoramento em Governação, Conhecimento e Inovação, da Faculdade de Economia e do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra. Técnico Superior Principal, na Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, beneficia actualmente de uma Bolsa de Doutoramento atribuída pela Fundação Calouste Gulbenkian.

Contacto: nuno.serra@gmail.com